

SILVIA ZENAIDE ORIVALDO REIS & CIA LTDA torna público que recebeu da Cetesb, a Licença Prévia nº 70000024 e requereu a Licença de Instalação p/ Combustíveis p/ veículos automotores (postos revendedores), comércio, à Rua Camilo da Rosa, 102, Centro, Barra do Chapéu/SP.

EMS USINAGEM LTDA torna público que recebeu da CETESB, a Renovação da Licença de Operação nº 5006854, válida até 23/04/2016, p/ usinagem (Torno, fresca, etc.), serviço de, sito à Rosa Belmiro Ramos, 849, Ortizes - Valinhos/SP.

FORMINOX IND. E COM. DE PIAS LTDA torna publico que requereu a CETESB de forma concomitante a Licença Prévia e de Instalação para fabricação de artefatos de metal para uso doméstico, à Estrada Municipal Hamilton Bernardes, 20 - Jd Santa Clara, Pedreira/SP.



Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA

CNPJ nº 07.032.886/0001-02
Relatório da Administração

Senhores Acionistas, a Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA submete à apreciação de vossas senhorias as demonstrações financeiras do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das notas explicativas, deste Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes.

I) A Empresa: A LOGA é concessionária pública dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares e dos serviços de saúde do setor noroeste da cidade de São Paulo, que engloba 13 subprefeituras. O contrato de concessão, firmado entre a Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA e a Prefeitura da Cidade de São Paulo, em 2012, cumpriu seu oitavo ano de existência. Trata-se de instrumento norteador da Limpeza Pública na cidade no que concerne aos serviços concessionados. Em outubro de 2009, quando a Loga completou os primeiros cinco anos de operação, deu início ao processo de reequilíbrio tarifário quinzenal, previsto no contrato de concessão, tendo em vista o aumento significativo dos custos no período, o crescimento do município, bem como novas legislações. Finalmente, em dezembro de 2012, após intensa negociação, foi assinado o novo Termo de Compromisso Ambiental entre a Prefeitura da Cidade de São Paulo e a Loga, que promoveu parcialmente o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Adicionalmente, foi considerada a revisão da tarifa derivada da antecipação necessária dos marcos contratuais para atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos. É importante salientar que o contrato foi apenas parcialmente reequilibrado, pois o Poder Concedente já reconheceu eventos ocorridos entre os anos de 2010 a 2012 como fatores de desequilíbrio da relação contratual, a ser tratado no próximo reequilíbrio ordinário em outubro de 2014. Em 2012, foi inaugurada a nova Estação de Transbordo de

Ponte Pequena, transformada em um moderno complexo capaz de processar 5,5 mil toneladas/dia de resíduos. Foram implantados sistemas confinados e de filtragem de ar para redução de odores, controle da poluição sonora, além da remediação ambiental de toda a área, representando grande melhoria na qualidade de vida na região do Bom Retiro. A produtividade da companhia continua em ritmo crescente graças à dedicação do pessoal, utilização de equipamentos, mais modernos e atuais, e inovações em controle operacional, gestão e treinamento. Todos as iniciativas foram possíveis pelo incansável trabalho dos mais de 1.800 colaboradores da Sociedade.

II) As Tarifas: Para adequar a realidade das receitas desequilibradas aos custos e aos compromissos de investimento, o contrato de concessão prevê a Revisão Quinquenal das Tarifas. Em dezembro de 2012, o reequilíbrio foi concedido parcialmente, com efeitos retroativos a 13 de Outubro de 2009. É importante ressaltar que o evento do reequilíbrio é fundamental para que a concessionária possa cumprir seus compromissos contratuais e realizar os investimentos que a cidade necessita.

III) Os Problemas: Dentre os grandes problemas, verificamos que a falta de conscientização dos municípios tem levado ao crescimento desordenado dos resíduos assim como o seu descarte muitas vezes feito fora dos horários estabelecidos pela legislação. Grandes Geradores, que por Lei estão obrigados a servir-se de empresas especializadas para tratar seus resíduos junto aos resíduos domiciliares ou que, além de ter a legislação, causa problemas de vícios e desarranjos na logística do trabalho além de macular o visual da cidade. Para diminuir estes problemas a Loga tem investido em programas de conscientização da população e tem contado com o apoio da Amlurb na fiscalização dos Grandes Geradores.

IV) Os Números: Continuamos superando desafios e prestando serviços de qualidade à maior cidade do país e uma das 5 maiores do mundo. Os números, a seguir, demonstram a grandiosidade de nossa operação: coletamos, transportamos e destinamos 1.752.266 toneladas de resíduos, com média de crescimento de 11% desde 2005. Nas dimensões da cidade de São Paulo, somente esse crescimento equivale a coletar resíduos de uma nova cidade com 500 mil habitantes. Atendemos uma população de 4,5 milhões de pessoas, além de uma população flutuante estimada em mais de 2 milhões de pessoas que trabalham, estudam, fazem negócios na região noroeste da cidade. Atendemos 862 bairros em 51 Distritos e em todos os equipamentos percorreram mais de 9 milhões de quilômetros com um consumo de combustível acima dos 5,5 milhões de litros. Cerca de 1.100 novos pontos de coleta de Resíduos dos Serviços de Saúde foram implantados em 2012 elevando em mais de 115% a quantidade de pontos existentes em 2004. É o cumprimento de nossa missão empresarial e social, gerando emprego, protegendo o meio ambiente e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população atendida. Trabalhamos diariamente para transformar São Paulo em um lugar melhor para se viver.

Agradecimentos: A Administração da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA agradece a seus acionistas, clientes, parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada. De forma especial expressa seu reconhecimento e agradecimento aos seus colaboradores pelo comprometimento e contribuição na busca constante da qualidade de nossos serviços, do transparente e bom atendimento à população de São Paulo e a ética com que marcamos o desenvolvimento das atividades. São Paulo, 23 de abril de 2013.

A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2012	2011	2012	2011	
Circulante	138.083	83.868	Circulante	166.518	81.239
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	87.792	36.083	38.690	
Contas a receber de clientes e outros recebíveis.....	6	41.022	33.138	14.668	
Estoque.....	2.676	3.860	11	11.518	
Impostos a recuperar.....	3.010	3.492	12	17.722	
Adiantamento a fornecedores.....	3.583	2.227	7	18.317	
Não Circulante	92.857	95.876	Dividendos a pagar	47.498	5.104
Contas a receber de clientes e outros créditos.....	6	31.838	32.605	40.514	56.253
Ativo fiscal diferido.....	7	5.724	6.960	13	3.573
Depósitos judiciais.....	10.035	9.853	Passivo fiscal diferido.....	7	4.430
Imobilizado.....	8	44.460	46.026	Patrimônio Líquido	23.908
Intangível.....	801	432	Reserva legal.....	15	19.923
			Reserva de lucros.....	3	3.985
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido	230.940	179.744
Total do Ativo	230.940	179.744			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados para o Período Findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

Operações em Continuidade	Nota explicativa		Lucros	
	2012	2011	2012	2011
Receita Bruta de Serviços Prestados	409.228	321.199	Reserva de lucros acumulados	41.903
Impostos incidentes sobre serviços prestados.....	(59.448)	(43.637)	Total.....	21.489
Receita Operacional Líquida	16	349.780		
Custo dos serviços prestados.....	(254.961)	(228.762)		
Lucro Bruto	94.819	48.800		
Despesas comerciais.....	17	(5.375)		
Despesas gerais e administrativas.....	18	(12.501)		
Outras receitas e despesas operacionais.....	19	(1.693)		
Resultado antes das Recetas e Despesas Financeiras	75.251	36.521		
Receitas financeiras.....	20	2.834		
Despesas financeiras.....	20	(7.437)		
Resultados antes dos Tributos sobre o Lucro	(4.602)	(1.347)		
Correntes.....	7	(22.928)		
Diferido.....	7	(3.255)		
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	44.465	21.489		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para o Período Findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	Capital social		Reserva (prejuízos)		Total
	Subscrito	A integralizar	de lucros acumulados	Total	
Lucro líquido do exercício.....	60.650	(40.727)	5.943	16.037	41.903
Destinação dos lucros:					
Reserva legal.....	-	-	1.075	(1.075)	-
Reserva de lucros.....	-	-	20.414	(20.414)	-
Dividendos distribuídos.....	-	-	(16.036)	-	(16.036)
Dividendos propostos.....	-	-	(5.104)	-	(5.104)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	60.650	(40.727)	7.018	15.311	42.252
Lucro líquido do período.....					44.465
Destinação dos lucros:					
Estorno de reserva legal - limite alcançado.....	-	-	(3.033)	3.033	-
Reserva de lucros.....	-	-	44.465	(44.465)	-
Dividendos distribuídos.....	-	-	(15.311)	-	(15.311)
Dividendos propostos.....	-	-	(47.498)	-	(47.498)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	60.650	(40.727)	3.985	23.908	23.908

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o Período Findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa		2012	2011
	2012	2011		
Lucro líquido do exercício.....			44.465	21.489
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) operações depreciação do imobilizado.....	8	13.613	11.643	
Provisão para obrigações contratuais futuras.....	13	(10.964)	(25.218)	
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos.....	20	4.894	4.972	
Provisão para contingências.....	13	1.447	190	
Baixa de bens do ativo imobilizado.....	8	-	289	
Provisão para conscientização da população.....	7	26.183	8.295	
Imposto de renda e contribuição social.....	7	26.183	8.295	
(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais:				
Contas a receber de clientes.....	6	(9.136)	661	
Ativo financeiro.....	6	6.552	(14.968)	
Impostos a recuperar.....	6	482	(761)	
Partes relacionadas.....	12	(43)	13.276	
Estoque.....	6	984	(1.368)	
Outros créditos.....	6	(58)	8.625	
Depósitos judiciais.....	6	(222)	232	
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais:				
Fornecedores.....	6	(3.333)	(22.110)	
Salários, provisões trabalhistas e encargos sociais.....	6	(645)	454	
Impostos, taxas e contribuições.....	6	8.884	(935)	
Imposto de renda e contribuição social.....	6	(4.611)	-	
Juros pagos.....	6	(4.325)	-	
Partes relacionadas.....	14	(630)	(2.066)	
Pagamento de contingências.....	13	(434)	(77)	
Outras provisões e obrigações contratuais.....	6	465	(75)	
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	73.570	2.854		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional: A Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga ("Companhia"), situada à Praça Alberto Lion, 366, Município de São Paulo - SP é concessionária pública dos serviços divisivos de limpeza urbana do setor denominado noroeste na cidade de São Paulo, em conformidade com o contrato nº 027/SSO/2004, firmado em 6 de outubro de 2004, com duração de 20 anos prorrogáveis por até 20 anos, o qual foi iniciado em 13 de outubro de 2004. A Loga é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionistas a Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR, detentora de 62,347% das ações e a P.N.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., com participação de 37,653%. A Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR é acionista da Companhia desde 3 de outubro de 2011 quando a sua então controladora, Vega Engenharia Ambiental S.A. realizou uma cisão parcial de seu ativo líquido, viabilizando a transferência da totalidade do investimento por ela detido na Loga, bem como de determinados passivos e ativos para a VVR, Companhia constituída pelo Grupo Solvi com objetivo específico de participar do capital de outras companhias. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pelo Secretário Municipal de Serviços da Prefeitura do Município de São Paulo - SP (Poder Concedente), conforme oitem datado de 11 de julho de 2011. Igualmente a P.N.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. é acionista da Companhia desde 03 de outubro de 2011 por compra das ações da Cavo Serviços e Meio Ambiente S.A.. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pelo Secretário Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo - SP (Poder Concedente), conforme oitem datado de 11 de julho de 2011. **Contrato de Concessão:** Pela exploração do objeto da concessão, o Poder Concedente efetua pagamentos mensais fixos, tendo sido utilizada, para efeito de cálculo, os valores constantes da proposta vencedora da licitação. Conforme previsto no contrato, a Prefeitura Municipal de São Paulo aprovou, em outubro de 2012, reajuste contratual da tarifa mensal no total de 6,66%. O contrato de concessão só poderá ser declarado extinto nas seguintes hipóteses: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação com pagamento de indenização no valor dos bens que reverterem ao Poder Concedente; (iii) caducidade por parte da Prefeitura Municipal de São Paulo; (iv) rescisão amigável ou judicial; (v) anulação por ilegalidade; ou (vi) falência ou extinção da Concessionária. Os bens imprescindíveis à execução dos serviços de limpeza urbana objeto do presente contrato reverterão em favor do Poder Concedente após a extinção da concessão e incluem o sis-

tema existente quando do início da operação e os bens e infraestrutura adquiridos ou construídos pela Concessionária, ao longo do contrato de concessão, que sejam utilizados na prestação dos serviços, conforme a nota explicativa nº 6. Os veículos adquiridos pela Companhia, composto por caminhões no valor contábil de R\$34.075 (R\$43.996 em 2011) estão classificados no ativo imobilizado, pois não são considerados como bens reversíveis pela Administração da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou receita bruta de R\$409.228 (R\$321.199 em 2011), composta por R\$1.641 (R\$14.967 em 2011) em construção (vide nota explicativa nº 16) e R\$417.185 (R\$306.232 em 2011) referente à prestação de serviços e a realização de ativos financeiros de R\$9.598 reconhecido como despesa em 2012. A receita reconhecida com relação à construção em 2012 representa o valor justo dos investimentos realizados, dentro do margem de estorno zero considerando que a Administração da Companhia entende que o retorno é obtido sobre a receita de prestação de serviços de coleta. **Reequilíbrio Quinquenal:** O reequilíbrio é um mecanismo contratual aplicável a cada cinco anos, para adequar as receitas à realidade dos custos e obrigações de investimento da concessionária. Em 13 de outubro de 2009, a Loga completou os primeiros cinco anos de operação e deu início ao processo de reequilíbrio tarifário quinzenal. Todos os estudos foram desenvolvidos pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE e Secretaria Municipal de Serviços. Em 26 de dezembro de 2012, foi assinado o novo Termo de Compromisso Ambiental entre a Prefeitura da Cidade de São Paulo e a Loga, que promoveu parcialmente o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O impacto financeiro sobre a tarifa vigente em outubro de 2012, decorrente da revisão ordinária quinzenal do período de outubro de 2004 a 2009, corresponde a um reajuste de 7,65%, com efeitos retroativos a outubro de 2009. O saldo relativo à dívida acumulada por despesas de exercícios anteriores e do exercício atual, decorrentes da aplicabilidade do reequilíbrio citado até 31 de dezembro de 2012 corresponde ao valor total de R\$84.595. Adicionalmente, foi considerada a revisão da tarifa derivada da antecipação necessária dos marcos contratuais postergados no Termo de Compromisso Ambiental de 29 de outubro de 2007 para atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Estes eventos de antecipação representam um reajuste tarifário de 7,39% a partir de 13 de outubro de 2012. Considerando-se os dois eventos citados, o impacto total na tarifa a partir de 13 de outubro de 2012 foi de 15,04%. Vale ressaltar que o contrato foi apenas parcialmente reequilibrado, pois conforme descrito no próprio Termo de Compromisso Ambiental

Continuação

Conselho de Administração em 18 de março de 2013. **(b) Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **(c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e das informações financeiras apresentadas em Real. Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **(d) Estimativas contábeis:** A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a análise do risco de crédito para a concessão de provisão para créditos de liquidação duvidosa, mensuração de instrumentos financeiros, provisão para contingência, provisão para fechamento e urbanização de aterros e provisão para custos a incorrer. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas. As principais fontes de incerteza das estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios são como seguem: **a. Vida útil do ativo imobilizado e intangível:** A Companhia revisa a vida útil e valor residual estimados dos bens do imobilizado e intangível anualmente no final de cada período apresentado. **Provisões:** As provisões são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. A melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente é o valor que a Companhia racionalmente paga para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferi-la para terceiros nesse momento. **Provisão para contingências:** Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos inclusive quanto à sua classificação no passivo não circulante. **3. Principais Políticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment):** A Companhia analisa periodicamente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) derivado do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido redução de valor, a entidade considera, entre outras, as seguintes indicações: **Fontes externas de informação:** (i) durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu significativamente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; (ii) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado; **Fontes internas de informação:** (i) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; (ii) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão da qual, ou na natureza, ou no uso, ou no valor, ou no desempenho econômico disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Quando o valor residual do ativo excede o valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (*Impairment - deterioração*). A análise do valor recuperável é realizada por unidade de negócio, que é a menor unidade geradora de caixa possível para identificação dos fluxos de caixa. Quando a perda por recuperação ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução de valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. **b. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos a vista, outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa com, no máximo, de 90 dias da data de contratação. Esses investimentos são mensurados a custo mais os rendimentos acumulados. **c. Contas a receber e outros recebíveis:** Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos a correção de juros são mensurados ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações financeiras. Referem-se a outros recebíveis como um ativo passivo, conforme apropriado, somente quando for provável que flutuem benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Despesas ordinárias de manutenção são reconhecidas no resultado do exercício no período que são incorridas. O valor depreciável de um ativo é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança será contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o CPC 23. A vida útil é o período de tempo durante o qual a Companhia espera utilizar o ativo. As taxas de depreciação utilizadas para cada classe de ativos são descritas na nota explicativa nº 9. Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são registrados em "Outros ganhos/(perdas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **f. Intangível:** Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição reduzido da amortização acumulada e eventual provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*). Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela taxa de 20% ao ano. **g. Contratos de concessão:** Em 2010, o CPC emitiu o ICP 1, aplicável para os exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2010. Esta interpretação apresenta características comuns aos contratos de concessão: **a. Concessão:** a concessão envolve a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário; **b. parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente)** é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço; **c. o concessionário** é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do concedente; **d. o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;** **e. o concessionário** fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições específicas no final do contrato, por meio ou nenhum valor de resgate, independentemente de qualquer opção de seu financiador. A infraestrutura usada pela Companhia sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder concedente, conforme previsto no IFRIC 12, quando: **o concedente** controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; **o concedente** controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão. Conforme a norma, o concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo: **o ativo financeiro** quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente dos serviços de construção; **o concedente** tem pouca ou nenhuma opção para evitar a construção, normalmente porque o contrato é executável por lei. **o ativo intangível** quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de rece-

ber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. Quando o Poder concedente tiver uma obrigação de pagamento para só parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo concedente e o excesso que não é garantido pelo concedente é reconhecido como ativo intangível ("modelo bifurcado"). Conforme definido pelo ICP 1, a infra-estrutura que o concessionário recebe acesso pelo Poder concedente, sem qualquer contraprestação não são reconhecidos como ativo imobilizado do concessionário. **Recita de contratos de concessão:** A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no contrato de concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues considerando melhor estimativa da Administração. **Ativos financeiros não-derivativos:** A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestadas. Tais ativos financeiros são mensurados a valor justo por meio do resultado. **h. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **i. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não-derivativos:** A Companhia reconhece um ativo financeiro não-derivativo inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros não são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e valores líquidos apresentados no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não-derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado pois a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de natureza não são reconhecidos como passivos individuais. Os ganhos ou prejuízos gerados por investimentos na infraestrutura dos contratos de concessão. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não pagáveis. Ativos não classificáveis não são classificados como mantidos até o vencimento inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos. **Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saídos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados para as obrigações de curto prazo. **Ativos financeiros não-derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas: A Companhia classifica os passivos financeiros não-derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não-derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. **J. Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos inicialmente a valor justo, líquido dos custos de transações, que, subsequentemente, é mensurado pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificado formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas quando incorridos. **k. Benefícios a empregados: Previdência Privada:** Aos empregados que aderiram ao plano, a Companhia provê um plano de previdência privada. Trata-se de um plano multipatrocinado, na modalidade de contribuição definida, que conta também com contribuições dos beneficiários. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no último comente e anterior. A Companhia não tem nenhuma obrigação relacionada com o plano de pensão se a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas. **Participação nos lucros:** A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores (que também são empregados) com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração. **l. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados com base no lucro de 15% acrescido de 5% sobre o lucro se o lucro tributável exceder o R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido com base no lucro real, determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, e provisionado segundo o regime de competência do exercício. Impostos ativos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporais na extensão em que sua realização seja provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporais quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras. Adicionalmente, é reconhecido o passivo de imposto de renda e contribuição social relacionados com o pagamento de lucros não realizados oriundos dos serviços de construção, conforme previsto pelo método pela legislação do Imposto de Renda. **m. Reconhecimento das receitas:** As receitas referentes ao contrato de concessão com a Prefeitura do Município de São Paulo são reconhecidas com base no valor mensal fixo estabelecido em contrato. **n. Distribuição de dividendos:** A distribui-

ção de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, conforme nota explicativa nº 15. **o. Principais julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis:** No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração exerce diversos julgamentos, com exceção dos que envolvem estimativas para definir o tratamento contábil mais apropriado para aplicar a certas transações, quando os CPC e interpretações não trataram de assuntos específicos. Isto se aplica, particularmente, em relação ao reconhecimento de contratos de concessão (conforme descrito na nota explicativa nº 3.g). De acordo com CPC 26, os ativos e passivos circulantes e não circulantes são apresentados separadamente nas Demonstrações Financeiras. Para a maioria das atividades da Companhia, a segregação entre circulantes e não circulantes é baseada no período esperado em que os ativos serão realizados e os passivos liquidados. Quando a expectativa de liquidação dos ativos e passivos é em um período de até 12 meses após a data de apresentação das Demonstrações Financeiras, eles são classificados como circulantes. Caso contrário, são classificados como não circulante. **p. Demonstração do resultado abrangente:** No Brasil é obrigatório que as demonstrações do resultado do período e do resultado abrangente sejam apresentadas separadamente. A demonstração do resultado abrangente começa com o resultado líquido do período e inclui os outros resultados abrangentes. Resultados abrangentes totais são as mudanças no patrimônio líquido durante o período com exceção daquelas mutações resultantes de transações com sócios na qualidade de proprietários. **q. Demonstrações dos fluxos de caixa:** A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais, usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: (i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; (ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial quando aplicável; e (iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento. **r. Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elabora, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas Demonstrações financeiras, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a apresenta como parte integrante das suas Demonstrações financeiras divulgadas ao final de cada exercício. A DVA proporcional aos usuários das Demonstrações financeiras relativas à riqueza criada pela Companhia no respectivo exercício, bem como a forma pela qual tais riquezas foram distribuídas. A distribuição da riqueza criada é detalhada, da seguinte forma: a) pessoal e encargos; b) impostos, taxas e contribuições; c) remuneração de capitais de terceiros; e d) remuneração de capitais próprios. **s. Demonstração do resultado abrangente:** No Brasil é obrigatório que as demonstrações do resultado do período e do resultado abrangente sejam apresentadas separadamente. A demonstração do resultado abrangente começa com o resultado líquido do período e inclui os outros resultados abrangentes. Resultados abrangentes totais são as mudanças no patrimônio líquido durante o período com exceção daquelas mutações resultantes de transações com sócios na qualidade de proprietários. **4. Gerenciamento de Risco Financeiro: Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. **a. Risco de mercado: Risco de câmbio:** As principais operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado externo e não são afetadas pela variação cambial. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos de financiamentos. As captações são efetuadas com taxas de juros pré-fixadas e dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo custo efetivo de transações com base na qualidade de propriedade. **b. Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes públicos, incluindo contas a receber em aberto. **Contrato de Concessão:** Como a Companhia administra contrato de concessão, a continuidade da sua operação depende da manutenção dos encargos e responsabilidades definidos no contrato. Por se tratar de serviços de interesse público, o Poder concedente tem o direito de rescindir o Contrato de concessão antes do término ou ainda não autorizar a sua renovação, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Ademais, considerando que a Companhia possui um único cliente (Prefeitura do Município de São Paulo) e a natureza econômica-financeira do recebimento em atraso por parte desta municipalidade, podendo afetar a gestão do seu fluxo de caixa. **c. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou como outro ativo financeiro. A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais. O custo de capital é analisado em termos de passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2012	Menos Entre 1 ano e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Empréstimos e financiamentos.....	33.138	10.455	15.532	6.524	65.649
Fornecedores e outras contas a pagar.....	36.083	-	-	-	36.083
Salários, benefícios e encargos.....	11.518	-	-	-	11.518
Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	17.722	-	-	-	17.722
Imposto de renda e contribuição social.....	18.317	-	-	-	18.317
Passivo fiscal diferido.....	-	4.430	-	-	4.430
Obrigações contratuais.....	2.241	-	-	-	2.241
Dividendos a pagar.....	47.498	-	-	-	47.498
	166.518	14.885	15.532	6.524	203.458
Em 31 de dezembro de 2011	Menos Entre 1 ano e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Empréstimos e financiamentos.....	14.668	13.336	16.714	10.230	54.948
Fornecedores e outras contas a pagar.....	38.690	-	-	-	38.690
Salários, benefícios e encargos.....	12.163	-	-	-	12.163
Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	8.838	-	-	-	8.838
Passivo fiscal diferido.....	-	2.410	-	-	2.410
Obrigações contratuais.....	1.776	-	-	-	1.776
Dividendos a pagar.....	5.104	-	-	-	5.104
	81.339	15.746	16.714	10.230	123.929

Gerenciamento de Capital: Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos. Para

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais)					
	2012		2011		
	Tx. Anual %	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
continuação					
manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão entre a dívida líquida pelo capital total. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de empréstimos e financiamentos (correspondente aos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, de acordo com as informações demonstradas no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é representado pela soma do patrimônio líquido, conforme apresentado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. A política da Companhia é manter um índice abaixo de 2,00. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:					
	2012	2011			
Total do Passivo.....	207.032	137.492			
Menos: Caixas e equivalentes de caixa.....	(87.792)	(36.921)			
Dívida líquida.....	119.240	100.571			
Patrimônio líquido.....	23.908	42.523			
Capital total.....	143.148	142.823			
Índice de alavancagem.....	0,83	0,70			
Estimativa de valor justo: Conforme o CPC 40, "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração. Adicionalmente, o IFRS 5 estabelece uma classificação hierárquica em três níveis para mensuração do valor justo, com as seguintes definições: • Nível 1 - Trata-se de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - Utilizam-se outras informações, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações constatadas no mercado para substancialmente a integridade dos termos dos ativos e passivos; • Nível 3 - Inserções para ativos ou passivos que não são baseadas nos dados apresentados pelo mercado. Ou seja, as informações são indisponíveis, reflexo da baixa ou nenhuma atividade de mercado e que são relevantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.					
5. Caixa e Equivalentes de Caixa: São compostos como segue:					
	2012	2011			
Caixa.....	31	26			
Bancos.....	71.266	93			
Aplicações Financeiras.....	16.496	35.963			
	87.792	36.921			
Caixa e equivalente de caixa são, substancialmente, determinados na moeda real brasileira. As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.					
6. Contas a Receber de Clientes e Outros Recebíveis: As contas a receber de clientes e outros créditos são compostas como segue:					
	2012	2011			
Prefeitura Municipal de São Paulo:					
Valores faturados.....	11.328	10.888			
Medição dos serviços prestados.....	35.506	26.859			
Ativo financeiro (recebível da concessão).....	25.542	32.093			
Clientes Privados:					
Valores faturados - venda de sucata.....	52	2			
Partes Relacionadas.....	14	95			
Outras contas a receber.....	337	279			
Total.....	72.860	70.173			
Circulante.....	41.022	37.568			
Não Circulante.....	31.838	32.605			
A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitado ao valor das contas a receber mencionadas acima. O aging list das contas a receber é composta como segue:					
	2012	2011			
Vencidos:					
Até 30 dias.....	37.082	8.147			
Entre 31 e 60 dias.....	361	2.675			
Entre 61 e 90 dias.....	349	2.624			
Entre 91 e 180 dias.....	1.077	8.072			
Entre 181 e 360 dias.....	2.153	16.050			
Acima de 360 dias (a).....	10.490	10.888			
	51.512	48.456			
(a) O saldo acima de 360 dias refere-se a serviços extracontratuais prestados à Prefeitura de São Paulo, em sua grande maioria em períodos posteriores, no montante de R\$10.490. O ativo financeiro no montante de R\$25.542 (R\$32.093 em 2011) refere-se à infraestrutura que vem sendo construída ou adquirida pela Companhia e que será reversível ao Poder concedente, ao término do contrato de concessão. Conforme contrato, a Companhia vem sendo remunerada por esses investimentos conforme vida útil do respectivo ativo. A exposição da Companhia a riscos de crédito e perda e merda por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa nº 4. 7. Ativos e Passivos Fiscais: Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui registrados passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela Legislação do Imposto de Renda. A composição desses diferidos é como segue:					
	2012	2011			
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos.....	(10.506)	(4.566)			
Provisão para contingências.....	6.674	5.661			
Provisão para custos a incorrer.....	1.227	12.414			
Provisão para participação nos resultados.....	2.153	2.395			
Efeito FTT.....	4.259	(2.523)			
Base total final.....	3.907	13.991			
IR/CS diferido sobre diferenças temporárias - 34%.....	1.294	4.550			
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.....	5.724	6.960			
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos (4.430).....	(4.430)	(2.410)			
Reconciliação da taxa efetiva: A reconciliação da provisão para Imposto de Renda e contribuição social, tendo como base as alíquotas vigentes e o débito efetivo reconhecido no resultado, é como segue:					
	2012	2011			
Lucro antes do Imposto de Renda e da contribuição social.....	70.649	35.174			
Efeito FTT.....	1.631	-			
	72.280	35.174			
Alíquotas - %.....	34%	34%			
	(24.575)	(11.959)			
Efeito do Imposto de Renda e da contribuição social sobre: Brindes e Multas Indedutíveis..... (157) (4) Provisão para gratificação, bônus e doações..... (1.788) (1.439) Outras diferenças permanentes..... 337 (283) Despesa de Imposto de Renda e contribuição social efetivos..... (26.183) (13.685) Despesa de Imposto de Renda e contribuição social correntes..... (22.928) (5.389) Despesa de Imposto de Renda e contribuição social diferidos..... (3.255) (8.296) (26.183) (13.685)					
Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social a recolher no montante de R\$13.317 decorrentes de provisão sobre os valores recebidos do poder concedente provenientes do equilíbrio quinquenal, conforme nota explicativa nº 1.					
8. Imobilizado: O saldo é composto como segue:					
	2012	2011			
	Tx. Anual %	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos.....	10%	4.954	(1.039)	3.915	1.316
Veículos.....	20%	66.957	(32.881)	34.075	43.996
Móveis, utensílios e outros.....	10%	833	(419)	413	391
continuação					
Equipamentos de informática.....	20%	1.172	(752)	420	323
Benefitórias em bens de terceiros.....		5.300	-	5.300	-
Imobilizado em andamento.....		336	-	336	-
		79.552	(35.092)	44.460	46.026
Garantia: Em 31 de dezembro de 2012, veículos com valor contábil de R\$51.269 estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir financiamentos (veja nota explicativa nº 10). Imobilizados em andamento: Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2012, o principal ativo em construção referia-se à estação de transbordo, que estava sendo registrado no ativo financeiro (recebível da concessão) conforme nota explicativa nº 6 considerando que a Companhia possui um direito de receber caixa do Poder Concedente pelos investimentos realizados na infraestrutura. As mutações do imobilizado estão demonstradas conforme segue:					
	2012	2011			
Custo:					
Máquinas e equipamentos.....	1.987	3.068	(101)	4.954	
Veículos.....	64.668	3.045	(756)	66.957	
Móveis, utensílios e outros.....	747	98	(13)	833	
Equipamentos de informática.....	1.031	231	(90)	1.172	
Benefitórias em bens de terceiros.....	-	5.300	-	5.300	
Imobilizado em andamento.....	68.432	12.078	(959)	79.552	
	(671)	(444)	76	(1.039)	
Veículos.....	(20.672)	(12.821)	611	(32.881)	
Móveis, utensílios e outros.....	(356)	(74)	10	(419)	
Equipamentos de informática.....	(708)	(132)	88	(752)	
Benefitórias em bens de terceiros.....	-	-	-	-	
	(22.406)	(13.472)	786	(35.092)	
Imobilizado, líquido.....	46.026	(1.393)	(173)	44.460	
9. Fornecedores e Outras Contas a Pagar					
	2012	2011			
Fornecedores.....	24.113	26.090			
Partes relacionadas.....	14	11.970			
		36.083			
A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a fornecedores e a outras contas a pagar são divulgadas na nota explicativa nº 4.					
10. Empréstimos e Financiamentos: Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 4. As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:					
	2012	2011			
Modalidade	Juros	Vencimento	2012	2011	
FINAME.....	3,40% a.a. - 7,00% a.a.	De dez/2010 a dez/2016	28.642	34.643	
Capital de Giro.....	CDI + 2,30% a 2,75% a.a.	Mar/2013	17.366	-	
Conta Garantida.....	CDI + 2,64% a 2,85% a.a.	Mar/2013	14	-	
BNDES.....	1,40% a.a. + 2,40% a.a. + TJLP	De ago/2010 a dez/2021	19.627	20.305	
			65.649	54.948	
Circulante.....			14.660	2.694	
Não circulante.....			40.280	52.254	
			65.649	54.948	
Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:					
	2013.....	-	13.336		
	2014.....	10.455	8.261		
	2015.....	7.376	6.400		
	2016.....	3.807	2.053		
	2017 em diante.....	10.873	10.230		
		32.511	40.280		
Garantias: Os empréstimos e financiamentos da Companhia, nas modalidades FINAME e BNDES, estão garantidos por veículos no valor contábil de R\$34.075. Investimentos com o uso de financiamentos: Durante o exercício de 2012, a Companhia registrou o financiamento de investimentos no montante de R\$9.036 (R\$35.153 em 2011). Este valor, na modalidade de financiamento do FINAME e BNDES, será aplicado na aquisição de equipamentos e infraestrutura do transbordo. 11. Salários, Benefícios e Encargos: São compostos como segue:					
	2012	2011			
Salários.....	2.360	2.281			
Encargos trabalhistas.....	618	1.081			
Férias.....	6.540	6.107			
Pis sobre serviço.....	2.000	2.694			
Participação nos resultados.....	11.518	12.163			
Benefício de previdência privada: Aos empregados que aderiram, a Companhia provê um plano de previdência privada. Esse plano multiparticipativo, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$241 (R\$260 em 2011), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.					
12. Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher					
	2012	2011			
São compostos como segue:					
ISS sobre serviço.....	2.241	1.877			
PIS sobre serviço.....	2.659	1.135			
COFINS sobre serviço.....	12.247	5.228			
Pis/COFINS/CSLL retidos.....	24	17			
IR Fonte.....	202	178			
Outros.....	349	403			
	17.722	8.838			
Os valores de ISS, PIS e COFINS de 2012 referem-se principalmente ao recebimento do Termo de Compromisso Ambiental ocorrido no mês de dezembro, conforme Nota Explicativa nº 1.					
13. Provisões: São compostos como segue:					
	2012	2011			
Contingências.....	2.346	1.372			
Obrigações contratuais.....	630	11.280			
Programa de concientização.....	1.227	911			
	3.573	13.563			
a. Contingências: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2012, a provisão perfaz o montante de R\$2.346 (R\$1.372 em 2011), o qual, conforme a Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. Os processos judiciais da Companhia em 31 de dezembro de 2012, passivos de provisão, é como segue:					
	2012	2011			
Saldo em 01/01/2011.....	721	538	1.259		
Adições.....	662	398	1.060		
Reversões.....	(633)	(237)	(870)		
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados.....	-	(77)	(77)		
Saldo em 31/12/2011.....	750	622	1.372		
Adições.....	809	638	1.447		
Reversões.....	(23)	(411)	(434)		
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados.....	-	(39)	(39)		
Saldo em 31/12/2012.....	1.536	810	2.346		
A Companhia possui outras ações judiciais em andamento, compostas por reclamações trabalhistas e cíveis, cujo parecer do assessor jurídico externo da Sociedade classificou a probabilidade de ganho como possível o montante de R\$13.928 (R\$18.806 em 2011). Portanto, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os processos com essa classificação não possuem necessidade de provisão. b. Obrigações contratuais futuras: O saldo das obrigações contratuais a incorrer foi totalmente revertido durante o ano de 2012 devido ao desequilíbrio contratual, conforme Nota Explicativa nº 1. c. Provisão de concientização da população: Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2012. Tal provisão refere-se à obrigação contratual de destinar 0,1% do faturamento no período de janeiro a					
setembro e 0,5% do faturamento a partir de outubro, conforme definido na negociação do reequilíbrio contratual. A provisão destina-se a ações de conscientização da população.					
Saldo em 31 de dezembro de 2011..... 911					
Constituição de provisões..... 679					
(-) Reversão de provisões..... (363)					
Saldo em 31 de dezembro de 2012..... 1.227					
14. Partes Relacionadas: Remuneração de pessoal-chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$2.114 (R\$2.582 em 2011). Outras transações com partes relacionadas: Os saldos a receber e a pagar e as transações com empresas relacionadas ao grupo Solvi, coligadas e controladas, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, são demonstrados como segue:					
	2012	2011			
Contas a receber	Contas a pagar	Receitas (despesas)	2012	2011	2012
Prestações de serviços					
Operacionais: (*)					
Vega Engenharia.....	8	20	10	-	798
Ambiental S.A.....	-	-	14	-	-
Instituto Solvi.....	-	-	-	-	-
Batire-Bahia Transf. Trat. Resíduos Ltda.....	8	-	-	-	-
Essencis Soluções Ambientais S.A.....	-	6	11.476	10.764	(60.759)
Água Urbana S.A.....	-	-	-	3	-
São Paulo Engenharia Ambiental S.A.....	-	-	-	-	109
Solvi Participações S/A.....	-	3	202	177	(807)
Cavo Serviços e Meio Ambiente S.A.....	-	-	-	-	(131)
Koleta Ambiental Ltda.....	-	23	-	65	(220)
Unidade de Tratamento de Resíduos S.A. - UTR.....	-	-	-	-	(19.810)
Total circulante.....	16	52	11.692	12.600	(61.786)
Reembolso de despesas operacionais:					
Solvi Participações S/A.....	2	-	160	-	(1.391)
Essencis Soluções Ambientais S.A.....	6	-	-	-	-
Koleta Ambiental Ltda.....	49	-	-	-	-
Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.....	22	-	109	-	-
Vega Engenharia Ambiental S.A.....	-	-	9	-	-
Total circulante.....	95	52	11.970	12.600	(63.177)
Total circulante, passivo garantido..... 95 52 11.970 12.600 (63.177) (79.500)					
Anos ordinários nominativos, com valor de R\$1.00 cada e valor total de R\$60.650. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, encontram-se integralizadas 19.923.133 ações, no valor total de R\$19.923. Reserva de lucros: a. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Considerando que a reserva legal da Companhia ultrapassava o limite ora mencionado, em 2012 foi estornado o valor de R\$3.033 que retornou para a reserva de retenção de lucros. b. Reserva de retenção de lucros: É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital. c. Dividendos: O Estatuto Social da Sociedade estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a lei. A Administração optou por destinar a totalidade do saldo da conta de reserva de retenção de lucros para o passivo dividendos a pagar. Abaixo é demonstrado o cálculo dos dividendos de 2012:					
Resultado do período..... 44.465					
Estorno de reserva legal..... 3.033					
Dividendos a pagar..... 47.498					
16. Receita Operacional Líquida					
	2012	2011			
Receita bruta de serviços.....	407.464	306.212			
Clientes públicos.....	123	20			
Clientes privados.....	407.341	306.232			
Total receita de serviços.....	1.641	14.967			
Receita de construção.....	409.228	321.199			
Total receita bruta.....	(20.853)	(15.312)			
Impostos incidentes sobre as vendas:					
ISS.....	(6.884)	(5.053)			
COFINS.....	(31.706)	(23.272)			
ICMS.....	(5)	-			
	(59.448)	(43.637)			
Receita operacional líquida.....	349.780	277.562			
17. Despesas Comerciais					
	2012	2011			
Patrocínio, brindes e doações.....	(5.193)	(4.237)			
Propaganda e publicidade.....	(15)	(17)			
Outros.....	(177)	(113)			
	(5.375)	(4.367)			
18. Despesas Gerais e Administrativas					

continuação

A DIRETORIA

Marcos Otávio Gondalaine - Contador - CRC 1SP137002/O-4

Aos Acionistas e Administradores da **Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA** - São Paulo - SP Examinamos as demonstrações financeiras da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nossa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressão uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfases: Reequilíbrio quinquenal:** Sem modificar nossa opinião, conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia e o Poder Concedente iniciaram em 2009, negociação visando o reequilíbrio quinquenal previsto contratualmente, tendo em vista o desequilíbrio existente em favor da concessionária entre as receitas e o aumento das atuais obrigações operacionais. Em 26 de dezembro de 2012 foi assinado o novo Termo de Compromisso Ambiental entre a Prefeitura da Cidade de São Paulo e a LOGA que promoveu parcialmente o reequilíbrio, reajustando tarifas e efetuando a liquidação da defasagem tarifária entre 2009 e 2012. Alguns fatores de desequilíbrio ocorridos entre 2009 e 2012 não foram negociados e a referida negociação ainda depende de registros futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia, e, portanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 não incluem nenhum ajuste contábil que poderá

ser requerido conforme acordo entre as partes. Contrato de concessão: Sem modificar nossa opinião, conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia foi constituída com o propósito específico de executar, sob o regime de concessão, em atendimento aos dispositivos previstos no contrato de concessão nº 27/SSO/04, os serviços de limpeza urbana da cidade de São Paulo, para região denominada "Agrupamento Noroeste", sendo a Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP, a única cliente da Companhia. Muito embora o contrato tenha sido firmado pelas partes em 2004 e repactuado em 2007, está em curso uma ação civil movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que questiona o processo licitatório que deu origem ao contrato de concessão. Na opinião do advogado contratado pela LOGA para sua defesa, a chance de êxito da Companhia nessa ação é provável. **São assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração individual do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 20 de abril de 2013



Auditores Independentes Orlando Otávio de Freitas Jr.
CRC 2SP014428/O-6 Contador CRC 1SP178871/O-4

SPE Pedra Preta Energia S.A.

CNPJ: 09.665.342/0001-03
Relatório da Administração

Senhores acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e as normas estatutárias, vimos submeter à consideração de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a empresa SPE Pedra Preta Energia S.A. As demonstrações financeiras na íntegra encontram-se à disposição na sede da Companhia. Continuamos ao seu inteiro dispor de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos relativos às contas apresentadas. São Paulo, 25 de Abril de 2013

Balanços Patrimoniais Levantados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Em MR\$)			
Ativo	31/12/12	31/12/11	
	(Não auditado)		
Circulante	24	4.643	
Caixa e equivalentes de caixa	24	4.643	
Não Circulante	27.362	9.746	
Impostos a recuperar	329	270	
Partes relacionadas	4.943	-	
Imobilizado	22.090	9.476	
Total do Ativo	27.386	14.389	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Em MR\$)			
	Capital integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/10 (não auditado)	9.694	(88)	9.606
Integ. de capital em novembro de 2011	4.900	-	4.900
Prejuízo do exercício	-	(129)	(129)
Saldos em 31/12/11 (não auditado)	14.594	(217)	14.377
Prejuízo do exercício	-	(148)	(148)
Saldos em 31/12/12	14.594	(365)	14.229
Passivo e Patrimônio Líquido			
	(não auditado)		
Circulante	13.157	12	
Fornecedores	5	5	
Partes relacionadas	206	5	
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.937	-	
Obrigações tributárias	9	-	
Outros passivos	-	7	
Patrimônio Líquido	14.229	14.377	
Capital integralizado	14.594	14.594	
Prejuízos acumulados	(365)	(217)	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	27.386	14.389	

dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nessa categoria: (i) caixa e equivalentes de caixa e (ii) partes relacionadas. Passivos financeiros: São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui os seguintes principais passivos financeiros: (i) Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) empréstimos e financiamentos. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. 3.2. Imobilizações: Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e serão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostos. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação será calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos serão depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da concessão/autorização, quando, então, serão depreciados por este prazo. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. 3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"): Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, para todos os títulos significativos. Recebíveis mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue: a) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. b) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor reconhecido previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado. c) Ativos não financeiros: Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso. O ativo imobilizado é submetido ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. 3.4. Provisões: As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. 3.5. Imposto de renda e contribuição social: As despesas de

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Em MR\$, exceto lucro por ação)

	2012	2011
(Despesas) Receitas Operacionais		(não auditado)
Gerais e administrativas	(28)	(131)
Outras receitas operacionais, líquidas	1	-
Total	(27)	(131)
Prej. Oper. antes dos Efeitos Financeiros	(27)	(131)
Receitas financeiras	-	2
Despesas financeiras	(120)	(1)
Prejuízo antes do IR e da CS	(147)	(129)
IR e CS - correntes	(1)	-
Prejuízo do Exercício	(148)	(129)
Prej. por ação - básico e diluído (R\$ por ação)	(0,01)	(0,01)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Em MR\$)

	2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		(não auditado)
Prejuízo do exercício	(148)	(129)
(Aum.) red. nos ativos oper.: Impostos a recuperar	(59)	-
Aum. (redução) nos passivos oper.: Fornecedores	-	6
Obrigações tributárias	9	(243)
Outros passivos	(7)	(37)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(205)	(403)
Fluxo de Cxa. das Ativ. de Invest.: Aquis. de imob.	(12.408)	(9.905)
Partes relacionadas	(4.943)	-
Caixa líquido aplicado nas ativ. de investimento	(17.351)	(9.905)
Fluxo de Caixa das Ativ. de Financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.937	(113)
Aumento de capital	-	4.900
Caixa líquido gerado pelas ativ. de financiamento	12.937	4.787
Red. Líq. (a) do Saldo de Cxa. e Equiv. de Caixa	(4.619)	(5.491)
Caixa e Equiv. de Caixa: No início do período	4.643	10.134
No fim do período	24	4.643
Red. Líq. (a) do Saldo de Cxa. e Equiv. de Caixa	(4.619)	(5.491)

1. Informações Gerais: A SPE Pedra Preta Energia S.A. ("Companhia") é uma companhia por ações de capital fechado, constituída em 18 de março de 2011, com sede na cidade de São Paulo - SP, com o propósito principal implantar e explorar o potencial de Parques Eólicos a ser instalado no Estado do Rio Grande do Norte com capacidade de energia instalada de 20,7 (MW). Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$13.133, decorrente principalmente de transações com partes relacionadas de curto prazo para financiar o início das obras de construção da usina eólica. A Administração da Companhia, não obstante os fatos descritos anteriormente, entende que as suas operações serão conduzidas normalmente considerando o contrato de concessão e o contrato de energia celebrado no âmbito do CCEAR, descritos na nota explicativa 1.1. 1.1. **Projeto de geração eólica:** Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia movida à eólica:

Projetos Eólicos	Status	Resolução original	Data	Prazo (MW)*
Pedra Preta	1	Portaria 564	11/10/2011	35 anos
Total				20,7

* Informação não auditada pelos auditores independentes
(1) - Construção: Os prazos das autorizações são contados a partir da data da sua assinatura. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía o seguinte contrato de compra e venda de energia de longo prazo:

SPE	Energia	Preço	Mês e Prazo	
	contra-	contra-	Mês e Prazo	
	tada	índice	Mês e Prazo	
	do re-	de re-	Mês e Prazo	
	ajuste	ajuste	Mês e Prazo	
	início	início	anos	
Pedra Preta	10,1	130,43	IPCA	Abril set/13 20

(*) Data de referência: 31/12/2011

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. 2.2. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 2.3. **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação. 2.4. **Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva. As contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que apresentam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas são: Imobilizado (nota explicativa nº 7). • Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 13). 3. **Resumo das Principais Práticas Contábeis:** 3.1. **Instrumentos financeiros:** • Ativos financeiros: São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O não reconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui ativos financeiros da categoria de empréstimos e recebíveis que são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, avaliados pelo custo amortizado através do método

A Diretoria

Alfredo Antonio Tessari Neto - Contador CRC 1SP176534/O-5